

(IM)PROVÁVEIS PRESIDENTES DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS IMAGENS DE SI NOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE DOS PRESIDENTES LULA E BOLSONARO

(IM)PROBABLE PRESIDENTS OF BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE IMAGES OF THEIR SELF IN THE PRONOUNCIATIONS OF POSSESSION OF PRESIDENTS LULA AND BOLSONARO

Thiago Barbosa Soares 1
Maycon Douglas Vieira dos Santos 2

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor nos cursos de Graduação em Letras e de Pós-Graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Câmpus de Porto Nacional. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso francesa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>.
Email: thiago.soares@uft.edu.br

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).
Graduando em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2657293720508260>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4739-7813>. E-mail: mdouglas0@gmail.com

Resumo: O principal objetivo da presente análise é investigar, via noção de ethos discursivo, como foram mobilizadas e construídas as imagens de si através dos pronunciamentos de posse presidencial dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003) e Jair Messias Bolsonaro (2019). Para tal empreitada, nos ancoramos no arcabouço teórico cunhado por Patrick Charaudeau (2011), mais precisamente sobre as considerações a respeito do ethos no discurso político. Segundo o autor “não existe um ato de linguagem que não passa pela construção de uma imagem de si” (CHARAUDEAU, 2017, p. 86). Ou seja, o que falamos revela, em certa medida, uma imagem do que somos (ou do que transparecemos ser). Tentaremos estabelecer relações com os conceitos de Pêcheux (2010, 2011) e de Orlandi (2005), no sentido de apresentar que não existe ingenuidade no dizer ou muito menos que esse é gestado no vazio. Por fim, cotejamos as aproximações e distanciamentos de ambos os pronunciamentos. Vemos que mesmo, a título de exemplo, quando ambos os presidentes falam a respeito do “combate à corrupção”, os efeitos de sentidos são distintos, ainda mais quando levamos em consideração as condições de produção de cada um dos pronunciamentos.

Palavras-chave: Ethos. Discurso Político. Imagens de Si.

Abstract: The main objective of the present analysis is to investigate, through the notion of discursive ethos, how the images of themselves were mobilized and constructed through the presidential pronouncements of presidents Luís Inácio Lula da Silva (2003) and Jair Messias Bolsonaro (2019). For this endeavor, we are anchored in the theoretical framework coined by Patrick Charaudeau (2011), more precisely on the considerations regarding ethos in political discourse. According to the author “there is no act of language that does not involve the construction of an image of the self” (CHARAUDEAU, 2017, p. 86). In other words, what we say reveals, to a certain extent, an image of what we are (or what we appear to be). We will try to establish relations with the concepts of Pêcheux (2010, 2011) and Orlandi (2005), in the sense of presenting that there is no naivety in saying or much less that it is generated in a vacuum. Finally, we compare the approaches and distances of both pronouncements. We see that even, by way of example, when both presidents speak about the “fight against corruption”, the effects of meanings are different, even more when we take into account the conditions of production of each pronouncement.

Keywords: Ethos. Political Speech. Picture of Yourself

Introdução

“A política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p. 22). O discurso político é, então, a virtualização do travamento de combates nos quais se chocam cosmovisões distintas acerca de como conferir legitimidade a um projeto de poder entranhado no tecido de todo e qualquer governo. “Un gobierno es una institución que posee el poder exclusivo de poner en vigor ciertas reglas de conducta social en una área geográfica dada¹” (RAND, 2009, 427). Política e governo, que parecem ser sempre noções cambiáveis entre si em algum lugar no interdiscurso, na verdade compõem um espectro discursivo a partir do qual a primeira engendra a segunda que, por sua vez, carreira, em círculo constante, o uso e emprego das formas de gestar a vida pública.

Tanto a política quanto o governo se materializam em sujeitos que se submetem às regras da ordem do discurso segundo a qual podem dizer X, mas não Y, erigindo, assim, uma determinada imagem que provavelmente é ratificada por outras práticas discursivas que podem ser observadas em sua conjunção com o que se diz e como se diz. A manifestação de uma formação ideológica, de uma formação social e de uma formação discursiva no interior das (re)produções textuais de um representante do povo marca-lhe um grau de performatividade capaz de, em muitos casos, ser o próprio fazer do sujeito político independentemente de sua filiação partidária. Interessam-nos, portanto, o exame das imagens e de seus processos enunciativo-discursivos de construção, em especial, quando do primeiro pronunciamento de posse presidencial de dois presidentes improváveis, Luiz Inácio Lula da Silva (2003) e Jair Messias Bolsonaro (2019).

Chamamo-los de presidentes improváveis por motivos relativamente distintos, isto é, cada um é improvável por uma dada conjuntura sócio-histórica segundo a qual um favorecimento pouco crível poderia levá-lo a cadeira de presidente da República do Brasil. Lula tem a sua biografia marcada inicialmente por uma pobreza profunda que gradualmente deixa de ser para se transformar em líder sindical. Seu grau de instrução escolar nunca se comparou a nenhum dos anteriores presidentes da República brasileira. Entre outras tantas coisas, é sabido por todos que um representante máximo do povo deve ser o seu melhor cidadão ou pelo menos aparentar sê-lo com as melhores credenciais. Não parecendo ser o caso de Lula, também não representa o de Bolsonaro. Esse jamais tinha concorrido ao cargo presidencial e quando o fez demonstrou nítida inaptidão quanto aos assuntos ligados à gestão pública, asseverando muito mais beligerância do que competência política, haja vista o fato de ter sido deputado federal por mais de 27 anos e ter apresentado apenas dois projetos legislativos.

Ora, é inegável que tanto um quanto o outro conquistou uma significativa parcela da população brasileira com dizeres que agradavam seus correligionários e, em alguma medida, desagradavam àqueles que não lhes depositavam confiança ou, ao contrário, lhes tinham como incapazes. Guardadas as devidas proporções de diferenças existentes entre ambos, interessa-nos, antes, investigar o primeiro pronunciamento de cada um como um momento no qual foram projetadas ou resgatadas imagens discursivas que, a partir do momento de sua mobilização, ganharam o status de imagem própria do sujeito presidente. Em outros termos, entre as formas de criar a imagem de si no discurso encontra-se o dizer e, sobretudo como esse é feito e quais os mecanismos de produção estão presentes em sua enunciação.

Assim, nosso principal objetivo é descrever e interpretar à luz da análise do discurso francesa os mecanismos constituintes do processo enunciativo-discursivo do ethos desses presidentes, aqui tomados como improváveis, de modo que isso possa contribuir para a compreensão das forças de constrição sociais e históricas constitutivas da figura desses dois presidentes, o que, por sua vez, desdobra-se na observação do que é a construção de uma imagem discursivizada no interior do pronunciamento oficial de posse presidencial e seu eco nas posteriores práticas discursivas desses presidentes, já que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2012, p. 47). Para levarmos a cabo tal intento, temos como corpus os primeiros pronunciamentos de posse de Lula (2003) e de Bolsonaro (2019), retirado o primeiro do site oficial da câmara dos deputados e o segundo do site do Jornal Folha de São Paulo.

¹ Em tradução livre: “Um governo é uma instituição que tem o poder exclusivo de impor certas regras de comportamento social em uma determinada área geográfica”.

Aparato Teórico-Metodológico

Para que se possa alcançar tal objetivo, é fulcral a importância de tecer nas próximas linhas o horizonte teórico-metodológico que desembocou em nosso dispositivo de análise. Seguindo as orientações dadas por Orlandi (2003, p. 27), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões”. Empreenderemos a seguir os conceitos que subsidiaram o exame de nossas indagações em nossa análise.

A despeito da distinção entre dispositivo teórico e dispositivo analítico, caminhamos na esteira orlandiana, quando observamos que “o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2003, p. 27). Segundo a autora, deve-se pensar o dispositivo analítico como já “individualizado” pelo próprio analista, diferente do dispositivo teórico que diz respeito aos princípios gerais da Análise do Discurso enquanto forma de conhecimento com seus métodos e conceitos próprios, sobretudo a de linha francesa.

Orlandi conceitua o discurso como sendo a palavra em movimento. Entremeio da língua e a fala, o discurso seria o ponto de intersecção e efeito de sentidos entre os interlocutores. Os estudos discursivos ou uma teoria do discurso, para Eni, mostram, grosso modo, a opacidade da linguagem e a não transparência da língua. Ou seja, é de fundamental relevância que o analista tenha ciência do dispositivo teórico que embasa a Análise do Discurso enquanto campo de conhecimento, para que o mesmo não venha cair em armadilhas linguísticas, como por exemplo, de que “há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2003, p. 26).

Desde a Análise Automática do Discurso de 1969 até as novas tendências em AD, quase todos os principais estudiosos firmaram suas bases teóricas em Michel Pêcheux. Seja para se alinhar metodologicamente ao aparato teórico pecheutiano, seja para criticá-lo ou levá-lo para outras perspectivas. Para Pêcheux (1969), “chamamos discurso uma sequência linguística limitada por dois brancos semânticos e que corresponde a condições de produção discursivas definidas”.

Outro importante intelectual que muito contribuiu para formulação de uma teoria do discurso foi Michel Foucault. Distanciando-se do Materialismo Histórico que tanto embalsamou os conceitos de Pêcheux, Foucault se propôs a pensar o discurso a partir de um ordenamento, que pode ser tanto interno quanto inerente ao mesmo. Sob suas palavras, “suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Até aqui, podemos asseverar que os conceitos sobre o que é o discurso, bem como sua funcionalidade muito nos auxilia no sentido de amparo ao que se pretende realizar na presente análise. O discurso, se considerarmos a explicação pecheutiana (e orlandiana), não se realiza no vazio, ou ele mesmo não é sua fonte originária. Está quase sempre ligada a outros dizeres, às condições discursivas de produção e ao que já foi dito e que está no que Orlandi chama de “memória discursiva”.

Os discursos de posse presidencial que serão utilizados como objetos condutores de nossa análise não se ancoram somente na imagem que se pretende construir em seus respectivos interiores, mas em outros dizeres que não estão materializados ali, porém que fazem parte do que dizem. “Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2003, p. 30).

Se também nos alinharmos aos pressupostos teóricos de Foucault, teremos no horizonte que não há ingenuidade no dizer, ou uma linearidade discursiva. Há uma ordem do e no discurso que o constituiu e o autoriza para ser dito. “Para Foucault, aquilo que define uma formação discursiva não é a unidade que tão-somente existe entre enunciados, mas, isto sim, um sistema de dispersão que, de certa forma, viabiliza a detecção de regularidades enunciadas”

(SOARES, 2017, p. 28). É em busca destas regularidades enunciativas, nas aproximações e distanciamentos de ambos os discursos tidos como objeto de análise que assim trilharemos, não perdendo de vista que “para a Análise do Discurso, a língua não é transparente e tampouco um mero instrumento que serve para transmitir um sentido produzido” (SOARES, 2018, p. 108).

Partindo para o dispositivo analítico “individualizado”, esboçaremos teoricamente a relação do conceito de *Ethos* mobilizado por Patrick Charaudeau (2017) com as noções de “pré-construído” e “memória discursiva”, ambos discutidos por Orlandi (2003). Pensar como as imagens de si resgatam dizeres anteriores, constituindo assim sujeitos e sentidos e, em nosso caso, é refletir sobre como o *ethos* de cada um dos presidentes se constroem nos seus dizeres.

Charaudeau nos adverte, de antemão, que o discurso em si não é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Sob suas palavras

A análise do discurso, contrariamente às disciplinas anteriores, não se questiona sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produzem esse ou aquele comportamento político, nem sobre as explicações causais, mas sobre os discursos que tornam possíveis a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação de fatos políticos (CHARAUDEAU, 2017, p. 37).

O *Ethos*, ou a construção da imagem de si, para Charadeau, está intrinsecamente ligada ao ato de linguagem. Toda vez que se falamos, deixamos transparecer a nossa imagem. “No domínio político, a construção da imagem só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados” (CHARAUDEAU, 2017, p. 87).

Essa talvez seja uma das questões mais caras ao prosseguimento de nossa análise: as imagens materializadas pelos *Ethos* nos primeiros pronunciamentos dos presidentes improváveis só existem em função daqueles ao qual se dirigem. Por mais que o sujeito-presidente se inscreva em uma formação discursiva no qual se espera que “governe para todos”, sabe-se que dependendo de quem o ocupe, irá atender as necessidades deste ou daquele grupo social. “O *Ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros” (CHARAUDEAU, 2017, p. 87).

Os desejos, anseios e expectativas dos interlocutores (eleitores e população em geral) mobilizam um “dizer-comum”, que constrói um já-dito operante na formação das imagens de si. Orlandi sintetiza este “pré-construído” ou o já-dito como memória discursiva.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamados memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2003, p. 31).

Em um estudo sobre o *ethos* nos discursos do ex-presidente Lula, Natália Rocha Oliveira Tomaz e Lúcia Helena Martins Gouvêa (2017) elabora um horizonte teórico pautado nas considerações tecidas por Charaudeau. Dentre elas, “é importante destacar que esse processo de construção do *ethos* por parte do enunciador é, no mais das vezes, inconsciente, orientado, principalmente, pelas condições que lhe são impostas” (TOMAZ; GOUVÊA, 2017, p. 448), ao que Pêcheux denomina de “condições de produção”. Portanto, mais uma vez, ressaltamos a ideia de que as construções das imagens de si não se assentam no vazio, ou muito menos caem do céu. São determinadas, contextualizadas e estão relacionadas às condições discursivas de produção de um dado período, constituindo, assim, sua historicidade.

Charaudeau agrupa os diferentes e possíveis ethos do discurso político em duas grandes categorias: ethos de credibilidade e ethos de identificação. “A credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado de construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos julgá-lo digno de crédito” (CHARAUDEAU, 2017, p. 115).

Duas questões são pertinentes para o presente trabalho, quando se trata do ethos de credibilidade seguindo a perspectiva de Charaudeau: a primeira é que o indivíduo se torna digno de crédito a partir do momento em que constrói uma ponte entre aquilo que diz com aquilo que pensa. A segunda é que o intento da credibilidade dentro do discurso político é tentar convencer determinado público no qual já se tem algum tipo de poder e influência exercida por quem está emanando o discurso.

Já o segundo ethos, o de identificação possui uma característica que o diferencia do de credibilidade. “Os ethos baseados na identificação entre a instância cidadã e a instância política constroem-se por uma via distinta dos ethos de credibilidade. Em vez do uso da razão, o apelo recai para a afetividade” (TOMAZ; GOUVÊA, 2017, p. 450). Em outros termos, o sujeito político constrói sua imagem de si no discurso erigindo aspectos humanos, solidários, éticos, que necessariamente não precisam ser julgados pelo grande público: o próprio dizer o autoriza para ser virtuoso ou um sujeito de “caráter”. Será que esses improváveis presidentes estruturaram seus ethos a partir das considerações tracejadas acima? Será possível depreendê-los e, conseqüentemente, cotejá-los a partir de seus respectivos pronunciamentos de posses?

Análise do pronunciamento de posse presidencial de Bolsonaro (2019)

Aqui analisaremos, via conceito de ethos ancorado no aparato teórico derivado da Análise do Discurso, as construções enunciativo-discursivas presentes no pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro quando de sua posse presidencial. Para que o exame proposto pudesse ser colocado em marcha, o procedimento metodológico de seleção e separação de sequências de enunciados observou prioritariamente a nuclearidade temática que os envolve. Por isso, dessa triagem textual, passamos à primeira parte da análise que consistiu-se em atentar-se às enunciações mais regulares e recorrentes a fim de elegê-las e agrupá-las em famílias de enunciados que foram denominadas “Enunciados de Base”, doravante EB. Assim, sob cada EB, seguem-se várias sequências enunciativas que obedecem a determinadas regulações temáticas.

Extraímos cinco EBs que parecem sumarizar boa parte de elementos frequentemente apontados na campanha eleitoral de 2018: EB religiosa, EB autorrefencial, EB de planejamento, EB ética e EB econômica. Essas retomam outros dizeres, reformulam já-ditos, apagam e silenciam sentidos para erigirem “imagens de si” no processo enunciativo-discursivo, isto é, o ethos. “Na medida em que o ethos está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos” (CHARAUDEAU, 2017, p. 117). Na construção do ethos, compreendemos um necessário atravessamento da língua(gem) e da história constituindo indivíduo em sujeito circundado por formações discursivas diversas, portanto, aqui investigaremos a projetividade do sujeito no discurso através da composição enunciativa de sentidos mobilizados no pronunciamento de posse do então presidente Jair Bolsonaro.

De escolhas lexicais que passam de uma formação discursiva “branda” ao encontro de argumentos vazios, solidificados no senso comum, que se constroem no âmbito da persuasão falaciosa, os diversos ethos do presidente são edificados. Destarte, queremos assinalar um dos principais procedimentos enunciativos empregados no texto sob análise: a enunciação elocutiva. “A enunciação elocutiva é expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal” (CHARAUDEAU, 2017, p. 174). Todavia, outros mecanismos podem ser observados nos EBs a seguir.

EB religiosa

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus!

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida.

Com a bênção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

Nesse EB, existe uma retomada do interdiscurso bastante pontual quando do agradecimento de Bolsonaro por estar vivo, já que esse refere-se à facada que tomou em Juiz de Fora e da qual foi salvo, atribuindo seu salvamento à vontade divina. Importa-nos observar o funcionamento argumentativo desse EB como um expediente que atravessa e constitui uma das imagens do presidente, qual seja, a de escolhido. Ao dizer que depois de um momento trágico está vivo por um desejo de Deus diz também o que no interdiscurso encontra-se sob a forma de um regime argumentativo pré-construído segundo o qual o escolhido para dirigir o povo foi antes “tocado” por Deus. A menção a Deus não é gratuita como podemos ver; nela reside a mobilização da religião e de seu interdiscurso. “A religião, sendo vista enquanto discurso, leva a apreender um dos lugares de sua constituição: o discurso religioso como a territorialização da espiritualidade do homem. É onde ele a constrói e expressa” (ORLANDI, 1987, p. 8-9).

EB autorrefencial

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

O eixo enunciativo a partir do qual centraliza-se o EB acima é o dizer de si para outro e, para tanto, emprega-se a enunciação elocutiva. É certo afirmar que enunciadores usam desse recurso quando precisam valorizar a si através de sua própria história, pois a elaboração de um ethos potente para governar um país das proporções do Brasil parece demandar uma imagem condizente. Entretanto, a experiência referenciada é um tanto vaga e engendra um efeito de imagem vazia, porquanto estar por 28 anos na mesma casa legislativa, no Brasil, não é um depoimento favorável à construção de um ethos de sério, de credibilidade ou mesmo de competência. Em outros termos, falar por quanto tempo se fez algo é diferente de dizer o que realmente se fez. Ora, ainda que se pudesse levantar a possibilidade da criação de um ethos de competência subsidiária na experiência de 28 anos como deputado, as atuais condições de produção da leitura de tal extensão de mandatos comprometem significativamente o efeito de credibilidade possivelmente pretendido. Em seu pronunciamento, Bolsonaro é projetado na enunciação de si dizendo o que fez: “grandes embates e acumulou experiências e aprendizados”.

EB de planejamento

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do poder Central para estados e municípios.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e

garantias fundamentais da nossa Constituição.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Ainda fazendo uso da enunciação elocutiva, é posto em discurso a projeção de atos do governo que, por sua vez, dizem tanto de como funcionará a nova gestão quanto de como foi a anterior. O planejamento visa, em muitos pontos, (des)fazer o que foi realizado, voltando-se à supressão da ideologia militante, ao fortalecimento da segurança pública e ao empreendimento de reformas estruturantes. “Nesse ponto, o impossível e a contração se conjugam, manifestando o real da história” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 94).

O interdiscurso nos traz em seu interior a continuidade da oposição de forças antagônicas quando chegam ao “poder” para governar referindo-se às anteriores como fracassadas e ultrapassadas ou mesmo como compulsoriamente destrutíveis à soberania nacional. Vale ressaltar o fato de existir o atravessamento do EB religiosa como uma espécie de conservação necessária de seu valor social para cancelar o planejamento. Nesse EB, figura-se o ethos de caráter, de acordo com Charaudeau (2017), forte o suficiente para praticar as mudanças necessárias ou mesmo à figura de coragem “que dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia” (CHARAUDEAU, 2017, p. 143).

EB ética

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

A partir desse EB, temos a projeção da imagem da ética do político e de seus sentidos mobilizados no interior do interdiscurso de tal modo que o ethos de virtude é acionado.

O ethos de virtude é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e honradez, ao menos, em uma visão nobre da política (CHARAUDEAU, 2017, p. 124).

“Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo por um processo que tem como fundamento a ideologia e, eu acrescentaria, tendo como unidade o texto” (ORLANDI, 2012, p. 47). Grosso modo, a tematização da ética passa diretamente pelo funcionamento do aspecto

econômico da máquina estatal e de seu impacto “tangível *na* vida política brasileira”.

Assim, essa mobilização do ethos de virtude efetua, em boa medida, o efeito de sentido de ética articulado à corrupção; em outros termos, ética é o combate à corrupção, que, por sua vez, refere-se, via condições de produção, à gestão anterior. Fosseamos apontar a movimentação argumentativa da elaboração desse EB, observaríamos a seguinte estratégia: o argumento *ad rem* (voltado-se para o objeto, ética) gerando sub-repticiamente um argumento *ad hominem* (convergindo-se para o oponente, administração antecedente).

EB econômica

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

A respeito de economia, as formulações comumente construídas no tempo enunciativo do futuro encerram o início de um momento histórico no qual o país receberá uma série de mudanças. No entanto, não é possível perceber quais serão as reais ações a serem tomadas, de modo que o dizer parece já um fazer. A modalidade deôntica é acionada, sobretudo, no sintagma *o governo não gastará mais do que arrecada* ao passo que tal enunciado é uma retomada do interdiscurso no qual está sua ancoragem histórica; em outros termos, há um implícito colocado em funcionamento.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase (ACHARD, 2007, p. 13).

As ditas “pedaladas fiscais”, que foram as responsáveis pelo crime de responsabilidade a partir do qual a presidenta Dilma Rousseff foi deposta, também foram chamadas de gasto orçamentário excedente à arrecadação. Ora, o implícito de crítica ao governo petista parece ser uma marca constante no processo enunciativo-discursivo resultante do ethos político de Bolsonaro.

Cabe, portanto, lembrar que as condições de produção nas quais a campanha eleitoral se deu marcaram uma constante retomada de seus inimigos (imaginários) sempre discursivizados para a tomada de distância, qual a realizada por seu dizer nuclearizado pela economia. Estratagema aparentemente recorrente no discurso político (PIOVEZANI, 2009), bem como os demais recursos identificados pela análise.

Assim, empreendido o gesto de leitura segundo o qual se depreenderam os processos de composição e de estruturação enunciativo-discursiva dos ethos presentes no pronunciamento de posse presidencial de Jair Bolsonaro, seguimos para análise dos processos enunciativos e discursivos no interior do texto pronunciado em primeiro de janeiro de 2003 por Luís Inácio Lula da Silva na câmara dos deputados em Brasília.

Análise do pronunciamento de posse presidencial de Lula (2003)

De forma bastante similar à realizada com o pronunciamento de Bolsonaro, examinaremos a construção do ethos, em seus constituintes enunciativo-discursivos, colocado em funcionamento pelo texto inaugural de Lula quando de sua investidura no cargo de presidente da República. Para tanto, empregamos um primeiro procedimento metodológico: seleção e separação de sequências de enunciados, atentando-se à nuclearidade temática que os envolve, ou seja, captamos os EB. Sob cada EB, seguem-se várias sequências enunciativas que obedecem

a determinadas disposições temáticas. Extraímos sete EBs que parecem condensar boa parte de elementos integrantes do ethos político de Lula: EB histórica, EB autorreferencial, EB de planejamento, EB do trabalho, EB ética, EB econômica e EB sentimental.

De saída, é possível observar a configuração de EBs diferenciadas em relação às encontradas no pronunciamento de Bolsonaro. Algumas que frequentam a fala de Lula não estão contempladas nos dizeres de Bolsonaro; um deste não está presente naquele. Ora, “Memória e esquecimento jogam no apagamento da memória linguística, e, ao mesmo tempo, no retorno da memória discursiva” (ORLANDI, 2017, p. 174) o que, por sua vez, indicia um percurso gerador de (efeitos de) sentidos subsidiários à criação do ethos tanto de um quanto de outro presidente no momento em que diz sobre sua pretendida forma de governar. Portanto, nos surgem, como indagações norteadoras, questões a serem consideradas em nosso gesto analítico acerca do pronunciamento de Lula: o que e como se diz os EBs iguais e diferentes de Bolsonaro?

EB histórica

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome.

Ao observarmos a constituição do EB histórica, identificamos a projeção do ethos de solidariedade que “faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas” (CHARAUDEAU, 2017, p. 163). Na construção do ethos de solidariedade está o recurso da enunciação delocutiva que “apresenta o que é dito como se a palavra dada não fosse de responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz terceira, a voz da verdade” (CHARAUDEAU, 2017, p. 178).

Os enunciados de base histórica são compostos, como se pode observar, de dizeres acerca da formação social do Brasil, de maneira a descrever uma dada realidade e seu atravessamento ao longo de um tempo mais ou menos marcado por acontecimentos. A partir disso, uma significativa delimitação sintagmática no intradiscorso pode ser sentida na repetição de *mas não venceu a fome* como um pré-construído, “seu efeito próprio é o de uma “espécie de retorno do saber no pensamento” ou ainda é um processo de sustentação” (MALDIDIER, 2017, p. 53; aspas da autora). Em outras palavras, *mas não venceu a fome* é um tipo de acontecimento ao avesso, pois caracteriza-se pela constância de seu aparecimento no âmbito da formação social segundo a qual o Brasil consolidou-se como nação e, por conseguinte, marca uma “nova” rede de dizeres possíveis a serem mobilizados ao se descrever o país. Ora, fez-se relevantes progressos sociais, porém, um, que pode ser considerado primário, ainda está por se fazer, portanto, transfere-se lhe a promessa, que carreou uma campanha eleitoral, isto é, o Brasil vencerá a fome.

EB autorreferencial

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

O projeto enunciativo neste EB volta-se para o próprio enunciador e, para tanto, emprega a enunciação elocutiva a partir da formulação dos verbos predominantemente na primeira pessoa. O dizer de si é um constituinte comum no discurso político, já que ele é um dos responsáveis por criar o efeito de credibilidade e, conseqüentemente, fundamentar o ethos de credibilidade. Desse ângulo, o sujeito presidente traz para o seu pronunciamento pontos relevantes de sua história, arregimentando expressivas imagens constitutivas da formação social do povo brasileiro. As figuras do retirante, da criança vendedora, do trabalhador de fábrica e do líder sindical não segmentam o corpo social, como a um primeiro momento poderia parecer, mas, ao contrário, por se tratar de quem atravessou e foi atravessado por elas, cria efeito de unidade

à narrativa que, ao mesmo tempo, é narrativa de si e do outro. Portanto, o ethos de credibilidade presente neste EB autorreferencial é contribuinte necessário para que o então presidente da República seja julgado digno de crédito.

É possível afirmar que a trajetória de vida construída, tal como feito acima, guarda o germe da argumentação *ad rem*, valendo-se do mérito do enunciador para ocupar a posição sujeito presidente. Dizendo-se de si para ganhar credibilidade retoma-se as condições de produção segundo as quais o primeiro presidente da República brasileira veio das classes mais baixas da sociedade. Assim, a necessidade de buscar credibilidade dirige-se para os “degraus” ultrapassados por uma história marcada por superações até chegar ao “posto de Supremo Mandatário da Nação”. Nesse ponto, um dispositivo enunciativo emerge como o prolongamento do enunciador, qual seja, a primeira pessoa expandida em “nós podemos muito mais” cujos principais alvos parecem ser justamente as figuras que atravessam a subjetividade do sujeito presidente.

EB de planejamento

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país.

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

No EB de planejamento, existem alguns traços da construção discursiva do que se caracteriza como o ethos de caráter na figura da coragem (em dispor um programa de segurança alimentar, Fome Zero, como sendo responsável por cumprir uma missão de vida). No eixo argumentativo, o enunciador coloca seu planejamento no mesmo patamar que grandes feitos, como “a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país”. Ora, tal comparação demonstra o arrojo da determinação do sujeito presidente e, ao mesmo tempo, perfaz o caminho no interdiscurso das grandes modificações sociais. Um planejamento que se correlaciona ao “passado” por lhe lastrear a memória e lhe fazer eco no futuro, assim, chancela o ethos de caráter figurado pela coragem do propor fazer.

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, ao meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (PÊCHEUX, 2007, 56).

A memória esbarra na arquitetura do fazer e lhe pede subsídios, enuncia-se, então, “as reformas que a sociedade brasileira reclama”; “a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária” compõem a forja das mudanças a serem implementadas pelo vigor do ethos de caráter em sua imagem de coragem. Portanto, passa haver uma equivalência entre o sentido de mudança e de reforma que faz dessa última uma necessidade para a primeira, de tal maneira que tal efeito de conhecimento implica competência no agir. Caráter e competência, como demonstrações enunciativas ancoradas no discurso político, amplificam a potencia dos efeitos de sentidos produzidos no interior do pronunciamento e garantem melhor credibilidade ao dizer e, consequentemente

te, no planejamento do fazer.

EB do trabalho

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

A respeito do trabalho, o sujeito enunciador o trata de modo um tanto quanto narrativo, ou seja, espera-se que seu enunciador o compreenda como uma parte integrante da formação discursiva que os une; em outros termos, o trabalho que, tal como está discursivado, é abstrato, volta-se para a materialidade do texto como concreto passível de ser colocado em prática, como nos exemplos do movimento de enxada e do movimento de trator, na agricultura familiar, no cooperativismo, na economia solidária, nos trabalhos do campo efetivamente. Por fazer isso, remete-se ao trabalho rural. Se pensarmos que o sujeito enunciador, a partir de sua posição de presidente, diz para todos, ou melhor, deveria dizer para todos, conseguimos perceber, a partir de índices em seu dizer, que há um recorte de quem é o seu alvo no tocante ao trabalho ou ao trabalhador.

A dêixis define as coordenadas espaço-temporais aplicadas em um ato de enunciação; a dêixis discursiva possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2012b). Portanto, é por meio desse recurso que o enunciado do presidente, ex-metalúrgico, dirige-se ao trabalhador do campo, em específico, no interior de uma formação discursiva segundo a qual os trabalhos da terra são fornecedores de matéria-prima que subsidiam outros trabalhos. Assim, um país predominantemente agrícola acaba por ter de valorizar o trabalho do campo e, conseqüentemente, seus trabalhadores. Nesse sentido, a dêixis discursiva instaura o *eu* trabalhador, conhecedor das necessidades do país, e o *tu* que se volta ao trabalho dessas necessidades, um *aqui/agora* momento de transição política do país, que parece tentar recobrir o início do trabalho dos jovens com um programa: meu primeiro emprego. “Atingindo” uma camada pouco observada até então, do ponto de vista econômico, como o trabalhador rural e o latente potencial jovem empregado, no espaço discursivo é tecido o ethos de inteligência.

EB ética

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos.

A tônica é a corrupção ao se dizer da ética “no trato da coisa pública”. A corrupção, como já vimos ao analisarmos o EB ética no pronunciamento de Bolsonaro, é uma espécie de palavra-chave para criar “vínculos” com todos aqueles que de seus estragos padecem. Portanto, o combate à corrupção é um pré-construído sustentáculo das produções discursivas cujo interior é tracejado pela camada enunciativa do ethos de virtude. Desse modo, o combate à corrupção é um ativador dos princípios éticos que fazem com que o aparelho estatal possa ter melhor desempenho, obliterando, em alguma medida, aquilo que é ou pode ser a própria

defasagem do Estado. As condições de produção, nas quais o pré-construído *combate à corrupção* são observadas, compõem o quadro no qual uma sociedade massacrada por abusivos impostos não os têm ressarcido as suas necessidades, mais do que isso, é sabido por todo e qualquer um, via interdiscurso, que a política no Brasil é um dos meios de enriquecimento que supõe uma lida com a ilicitude.

Todos devem combater à corrupção e o mostrarem em suas práticas enunciativo-discursivas. Para tanto, deve-se aplicar aos dizeres, encampados no discurso político, o combate à corrupção. “A extrema plasticidade axiológica das palavras do discurso dificulta a sua análise moral e exige a elaboração de um dispositivo global de análise relativa ao conjunto do ambiente” (PAVEAU, 2015, p. 326). Todavia, mesmo que o acionamento do ethos de virtude seja uma das características desse emprego já banalizado do combate à corrupção, cabe trazer à baila o núcleo conceitual da formação discursiva: “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). Portanto, mesmo um ethos de virtude engendrado em uma formação discursiva conservadora não é efetivamente o mesmo ethos de virtude construído em uma formação discursiva progressista, de modo que o combate à corrupção pode significar não apenas no interior do EB, mas na relação que esse produz com outros no entrelaçado do fio discursivo que compõem o pronunciamento. No Limite, combate à corrupção pode aqui ser lido como uma forma de maior igualdade social.

EB econômica

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

Ao tratar-se da economia, as coerções semânticas e necessariamente discursivas atravessam os dizeres e constituem predominantemente a anunciação delocutiva, de sorte que o que é dito não tem um responsável em sua origem, mas, antes, é uma verdade a ser aceita como tal. O jogo textual de conceitos geoeconômicos, como Alca, Mercosul e União Europeia, confere maior legitimidade ao conhecimento acerca das atividades políticas ligadas ao mercado externo, enquanto “desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico” concede maior adequação ao campo das políticas conectadas à economia interna. O EB econômica demonstra uma provável flexibilidade “imposta” pelo sistema de pré-construídos submetidos ao regime interdiscursivo de dizeres tematizados por sua nuclearidade. Emerge, então, dessa expressão enunciativa-discursiva o ethos de competência, tal como verificado nesse EB econômica.

É interessante observarmos uma construção morfossintática nesse EB que parece dialogar com a construção do ethos de competência que, ao mesmo tempo, submete-se à posição do cargo administrativo mais significativo para o país. Trata-se da mesóclise em “esforçar-nos-emos”.

A seleção de um conjunto de recursos expressivos ao invés de outros tem sempre a ver com os efeitos que o locutor quer provocar. Por efeitos entenda-se: informar, impressionar, identificar-se, convencer, obter uma resposta, etc. Estes efeitos podem tanto ser concebidos como alternativamente produzidos (ou tentados) como também pode ocorrer de

vários deles dar-se simultaneamente. Nunca é demais insistir, porém, que o interlocutor não é um receptor, que ele também trabalha sobre a língua e que por isso os intentos do autor podem não ser atingidos (POSSENTI, 1993, p. 59).

Ao ser empregado o sintagma “esforçar-nos-emos”, é instaurado o efeito de erudição advindo da relação desse uso morfossintático pouco comum na língua com o restante da construção textual-enunciativa, reforçando o existente rótulo no discurso político de que se fala-se bem, então, é competente. “O “bem falar” resulta da ideia que possui um grupo linguístico sobre o que deveria ser uma maneira de falar elegante, culta, que tem estilo” (CHARAUDEAU, 2017, p 169; aspas do autor). Portanto, o enunciador, Lula, não demonstra atenção apenas às camadas menos letrada da sociedade brasileira quando enuncia sua formação discursiva progressista, mas destina também tanto conteúdo quanto forma de seus dizeres aos seguimentos mais elitizados, acarretando o ethos de conciliador ao papel social e econômico do presidente da República.

EB sentimental

E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

E um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

A circunstância de sentimentos que arremonta o verbo amar e suas derivações faz com que tenha-se, assim, mais patriotismo do que propriamente sentimentalismo, isso se dá porque o sentimento está voltado para um caráter global de convergência de interesses nacionais, então, o enunciado base parece ser de patriotismo ao invés de sentimental, por um traçado superficial da geração de significação do dizer. Contudo, no que concerne ao funcionamento semântico de amar, como observamos, apega-se aos interesses da pátria, do Brasil e de seu povo, não deixando de carregar seu sentimentalismo romântico.

Ao utilizar o procedimento enunciativo da delocução, o enunciador, ao mesmo tempo, traz seu interlocutor para a posição de sujeito colaborador. Desse ponto de vista, a enunciação delocutiva é um expediente que auxilia na projeção do ethos de identificação a partir do qual o eu e o tu se tornam um nós. O reconhecimento entre enunciador e público-alvo, que neste caso é suficientemente vago para serem todos cidadãos, engendra o patriotismo subjacente ao sentimento de pertença a uma dada nação, Brasil. Em outros termos, é possível dizer que tal identificação enunciada gesta o ethos de patriotismo presente no discurso político desde há muito tempo.

Cabe-nos interrogar o fato do EB sentimental figurar como recurso enunciativo-discursivo integrante de um pronunciamento de posse presidencial capaz de se adequar ao gênero em questão, conferindo-lhe aceitação e legitimidade.

O estilo terá a conveniência desejada, se exprimir as paixões e os caracteres e se estiver intimamente relacionado com o assunto. [...] o ouvinte compartilha do sentimento do orador que fala de maneira patética, mesmo que o discurso careça de fundamento (ARISTÓTELES, s/d, p. 187).

Ora, portanto, a mobilização dos sentimentos imbricados ao patriotismo parece constituir uma das possibilidades de dizer que retoma/constrói a identificação e a figura do interessado nas coisas de sua terra por um amor genuíno que deve ser mantido e expandido, sobretudo, quando um anunciador, na condição de presidente, o toma como uma profissão a ser exercida, mesmo que para isso crie uma metáfora “inatingível” como em: “E um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos”. Assim, o sujeito presidente criou o efeito de fim ao “fechar com sua

chave de ouro” metafórica.

Considerações Finais

O pronunciamento de posse desses presidentes, que aqui chamamos de improváveis, inaugurou o exercício executivo de cada um, sendo ambos marcados por aproximações e distanciamentos entre si. Se um voltou-se, como pudemos perceber, mais às condições históricas e econômicas de estruturação da sociedade, o outro mirou-se na construção de um moralismo fundado em valores solidificados, entre outras coisas, na religiosidade. Nossa metodologia apresentada a partir do rastreamento e sedimentação do texto sob enunciados base deu-nos melhores condições de observar como uma gramática discursiva engendra assuntos que, por sua vez, recebem do interdiscurso as constringências de produção necessárias para serem enunciados. Desse ponto de vista, houve aproximações, ainda que marcadas por formações ideológicas relativamente distintas entre um pronunciamento e outro.

Foram mantidos os EBs autorreferencial, de planejamento, ética e econômica que, em boa medida, tiveram como suporte semântico de construção semelhanças enunciativas. No limite, essas demonstraram, antes, um relativo distanciamento, embora em cada um desses enunciados base sempre houve a preocupação com a mudança, como se essa fosse um mote. Diferentemente disso, alguns enunciados de base não foram encontrados em ambos, como, por exemplo, histórica, do trabalho, sentimental e religiosa. As três primeiras foram verificadas no pronunciamento de Lula, enquanto a última no de Bolsonaro. Apenas pelo registro enunciativo-discursivo desses EBs teríamos indícios do funcionamento global da construção do ethos de cada sujeito presidencial, todavia foi necessário o emprego do ferramental teórico da análise do discurso para descrevermos e interpretarmos o ethos produzido a partir desses enunciados.

Em cada pronunciamento, da enunciação elocutiva à delocutiva, passando pela alocutiva, o ethos gradualmente fora fabricado a partir da mobilização de recursos linguísticos, projetando imagens no discurso. Em uma síntese mais ou menos rápida, verificamos que a figura política do presidente Bolsonaro é composta pelos ethos: *de competência, de caráter e de virtude*. A de Lula é integrada pelos ethos: *de solidariedade, de credibilidade, de caráter, de inteligência, de virtude, de competência, de conciliador, de identificação e de patriotismo*. Com isso constatado a partir das análises, não queremos sugerir que o dizer é um fazer, mas, a nível discursivo, ambos estão intimamente conectados, para não dizermos que um não se faz sem o outro.

A composição do ethos em cada uma das figuras parece indicializar uma dada postura política e apontar, por conseguinte, para uma formação discursiva responsável pelo dizer e seu modo de enunciar, organizando de tal modo a produção de sentidos vinculados a estruturação do ethos. Assim, encontra-se no macrocosmo discursivo de estabilização simbólica do ethos político de cada pronunciamento o confronto entre formações discursivas distintas, o que, por sua vez, implica, nesse caso, cosmovisões praticamente antagônicas. Se pudéssemos traduzir e simplificar ao máximo a virtualização do choque entre forças contrárias no espaço de edificação desses presidentes improváveis, seria desse modo:

O oprimido *faz* o mundo e possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é completa, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, e a linguagem do opressor, a eternização (BARTHES, 2003, 24; grifos do autor).

Talvez esse dualismo não possa ser observado tampouco constatado sem instrumentos adequados e afinados para tal uso. Contudo, não é necessário dispor de tão boa intuição para compreender que o que Barthes disse acerca da necessária contradição entre o oprimido e o seu opressor ainda tem alguma razão de ser nos dias atuais; maior perspicácia reside ainda

na seguinte constatação: “Certos mitos amadurecem melhor em certas zonas sociais; também existem microclimas para o mito” (BARTHES, 2003, p. 24.).

Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do científico. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, P. [et al.]. **Papel da memória**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

BARTHES, R. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua inatingível**. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2 ed. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

TOMAZ, N. R. O.; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Um estudo do ethos em discursos do ex-presidente Lula. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 441-471.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Apresentação. In: ORLANDI, E. (org) **Palavra, fé, poder**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Eu, Tu, Ele - Discurso e real da História**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. O papel da memória. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, P. [et al.]. **Papel da memória**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. Língua, linguagem, discurso. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAND, A. **Capitalismo**: el ideal desconocido. Trad. Luis Kofman. Buenos Aires: Grito Sagrado Editorial, 2009.

SOARES, T. B. **Discursos do sucesso**: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

_____. **Percurso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes, 2018.

Recebido em 14 de outubro de 2019.

Aceito em 20 de outubro de 2020.